

2ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE CAMPINAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O Exmo. Sr. Dr. Lucas Pereira Moraes Garcia, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Campinas do Estado de São Paulo, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, e interessar possa, que será realizado leilão público através do Leiloeiro **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO**, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 754, da **Gestora Picelli Leilões**, a ser realizada de forma híbrida no sítio eletrônico www.picellileiloes.com.br, ou presencial no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 (*artigo 11 parágrafo único da Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ*).

Processo: 0008100-69.1995.8.26.0114

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.

EXEQUENTE: BANCO NACIONAL S/A, CNPJ/MF nº 17.157.777/0001-67, por seu representante legal.

EXECUTADOS: LUIZ GABRIEL JORGE, CPF/MF Nº 451.978.578-20 e SALIM JORGE FILHO, CPF/MF Nº 049.908.568-05.

INTERESSADOS:

- ✓ Prefeitura Municipal de Campinas, CNPJ/MF nº 51.885.242/0001-40, na pessoa do procurador.
- ✓ Condomínio Edifício Maristela Jorge, CNPJ/MF nº 66.076.449/0001-41, por seu representante legal.
- ✓ Processo 697/95 da 2ª Vara Cível de Campinas.
- ✓ Processo 724/95 em trâmite na 9ª Vara de Campinas/SP.
- ✓ Processo 1438/95 em trâmite na 6ª Vara Cível de Campinas/SP.

DO CERTAME

1ª Praça: Iniciará no dia 05/01/2026 às 14:00 horas e encerrará no dia 08/01/2026 às 14:00 horas.

DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 1.823.319,84 (um milhão, oitocentos e vinte e três mil, trezentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), para outubro de 2025, que será atualizado até a data do leilão, conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção até:

2ª Praça: Iniciará no dia 08/01/2026 às 14:00 horas e se encerrará no dia 05/02/2026 às 14:00 horas (horário de Brasília).

DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 911.659,92 (novecentos e onze mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos), que corresponde 50% do valor da avaliação, que será

atualizado até a data do leilão. Conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

DA DESCRIÇÃO DO BEM: Matrícula 70.809 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Campinas/SP: APARTAMENTO Nº "51" (CINQUENTA E UM), localizado no 5º pavimento do Edifício "MARISTELA JORGE", cidade de Campinas e 1ª circunscrição, à Rua Olavo Bilac, nº 396, composto de pátio de inverno, varanda, pátio, living/estar, sacada, hall de distribuição, hall social, hall íntimo, suíte, suíte 1, suíte 2, suíte 3 (casal) com vestir e sala de banho, roupeiro, adega, lavabo, despensa, copa/cozinha, área de serviço, WC. e quarto de empregada, com área privativa de 297,31m², área comum de 52,59 m², área total de 349,90m² e fração ideal de 65,7827358m² ou 7,158% no todo do terreno do edifício, que corresponde ao lote nº 8, do quarteirão nº 242 do cadastro municipal, com área de 919,01m², medindo e confrontando: 32,15m de frente para a rua Olavo Bilac; do lado direito, de quem do imóvel olha para a frente, mede 32,57m, confrontando com o terreno do prédio nº 422 pela mesma rua; do lado esquerdo, a partir da frente, mede 26,00 m onde confronta com o terreno do prédio nº 378 pela mesma rua, deflete à esquerda em 19,50m, deflete à direita em 6,57m, e deflete à esquerda em 12,65m, confrontando com parte do terreno do prédio nº 281 e com o terreno dos prédios nºs 273, 265, 255, todos pela rua Vieira Bueno.

AV. 2 – ao apartamento nº. "51" do 5º pavimento, objeto desta matrícula, ficaram VINCULADAS as vagas de garagem nºs 06, 07 e 08, do térreo, objeto das matrículas 70810, 70811 e 70812 respectivamente. Matrícula 70.810 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Campinas/SP: VAGA DE GARAGEM nº "6" (SEIS), situada no pavimento térreo do Edifício MARISTELA JORGE, nesta cidade e 1ª circunscrição, à Rua Olavo Bilac nº 396, com uma área de 14,81 m² e a fração ideal de 2,7846003 m² ou 0,303% no terreno (lote nº 8 do quarteirão no 242 do cadastro), com a área de 919,01 m², medindo: 32,15 m de frente para a rua Olavo Bilac; do lado direito, de quem do imóvel olha para a frente, mede 32,57 m, confrontando com o terreno do prédio nº 422 pela mesma rua; do lado esquerdo, a partir da frente, mede 26,00 onde confronta com o terreno do prédio nº 378 pela mesma rua, deflete à esquerda em 19,50m, deflete à direita em 6,57m, e deflete à esquerda em 12,65m, confrontando com parte do terreno do prédio nº 281 e com o terreno dos prédios nºs 273, 265 e 255, todos pela rua Vieira Bueno. Matrícula 70.811 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Campinas/SP: VAGA DE GARAGEM nº "7" (SETE), situada no pavimento térreo do Edifício MARISTELA JORGE, nesta cidade e 1ª circunscrição, à Rua Olavo Bilac nº 396, com uma área de 14,81 m² e a fração ideal de 2,7846003 m² ou 0,303% no terreno (lote nº 8 do quarteirão no 242 do cadastro), com a área de 919,01 m², medindo: 32,15 m de frente para a rua Olavo Bilac; do lado direito, de quem do imóvel olha para a frente, mede 32,57 m, confrontando com o terreno do prédio nº 422 pela mesma rua; do lado esquerdo, a partir da frente, mede 26,00 onde confronta com o terreno do prédio nº 378 pela mesma rua, deflete à esquerda em 19,50 m, deflete à direita em 6,57 m, e deflete à esquerda em 12,65 m, confrontando com parte do terreno do prédio nº 281 e com o terreno dos prédios nºs 273, 265 e 255, todos pela rua Vieira Bueno. Matrícula 70.812 do 1º Cartório de Registro de Imóveis

da cidade de Campinas/SP: VAGA DE GARAGEM nº 8 "OITO" situada no pavimento térreo do Edifício MARISTELA JORGE, nesta cidade e 1ª circunscrição, à Rua Olavo Bilac nº 396, com uma área de 14,81 ms² e a fração ideal de 2,7846003 m² ou 0,303% no terreno (lote nº 8 do quarteirão no 242 do cadastro), com a área de 919,01 m², medindo: 32,15 ms de frente para a rua Olavo Bilac; do lado direito, de quem do imóvel olha para a frente, mede 32,57 ms, confrontando com o terreno do prédio nº 422 pela mesma rua; do lado esquerdo, a partir da frente, mede 26,00 onde confronta com o terreno do prédio nº 378 pela mesma rua, deflete à esquerda em 19,50 ms, deflete à direita em 6,57 ms, e deflete à esquerda em 12,65 ms, confrontando com parte do terreno do prédio nº 281 e com o terreno dos prédios nºs 273, 265 e 255, todos pela rua Vieira Bueno.

CONSTA NO LAUDO DE AVALIAÇÃO fls. 1.039/1.076 – Os imóveis sub judice (Apartamento nº 51 e Boxes de Garagem nos 06,07 e 08, conforme constam das matrículas nos 70.809, 70.810, 70.811 e 70.812 -1ª CRI de Campinas/SP (fls. 609/626), possuem as seguintes áreas: O Apartamento nº 51 situa-se no 5º pavimento e é dotado de: pátio de inverno, varanda, pátio, living e estar, sacada, hall de distribuição, hall social, hall íntimo, lavabo, copa e cozinha, despensa, adega, área de serviço, quarto e banheiro de serviço, 4 dormitórios com banheiro privativo (suítes), sendo um deles com closet e sala de vestir. O "Condomínio Edifício Maristela Jorge" é constituído de 1 (um) subsolo garagem, pavimento térreo e 12 (doze) pavimentos tipo, cada qual com 1 (um) apartamento tipo. O edifício é servido por 2 (dois) elevadores, hall social, salão de festas, playground e piscina. Aparenta uma idade de 35 (trinta e cinco) anos. Box de Garagem nº 06, térreo - Área privativa (m²) 14,81 m². Box de Garagem nº 07, térreo Área privativa (m²) 14,81 m². Box de Garagem nº 08, térreo Área privativa (m²) 14,81 m². Estado de Conservação: Bom estado geral.

AVALIADO: R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), em maio de 2025 – Fls. 1039/1076 a ser atualizado até a data do leilão, pela Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

DEPOSITÁRIO: LUIZ GABRIEL JORGE, CPF/MF Nº 451.978.578-20.

DO ÔNUS:

Matrícula 70.809 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Campinas/SP: Consta PENHORA do processo em epígrafe, fls. fls. 609 a 626 devidamente averbado na R. 12 e AV. 14. Conforme Av. 11 a venda objeto do R.10, foi considerada ineficaz (processo 697/95 da 2ª Vara Cível de Campinas). Consta AV.13 - PENHORA nos autos do processo 724/95 em trâmite na 9ª Vara de Campinas/SP. Consta R.15 - PENHORA nos autos do processo 1438/95 em trâmite na 6ª Vara Cível de Campinas/SP. Conforme consulta no web site da Prefeitura Municipal de Campinas, consta os DÉBITOS FISCAIS para o Código Cartográfico 3421.44.37.0105.01005, no importe de R\$ 46.921,50, conforme consulta em 29/09/2025. Matrícula 70.810 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Campinas/SP: Consta PENHORA do processo em epígrafe, fls. fls. 609 a 626 devidamente averbado na R. 12

e AV. 13. Consta **R.14 - PENHORA** nos autos do processo 1438/95 em trâmite na 6ª Vara Cível de Campinas/SP. Conforme consulta no web site da Prefeitura Municipal de Campinas, consta os **DÉBITOS FISCAIS** para o Código Cartográfico 3421.44.37.0105.01018, no importe de R\$ 3.806,17, conforme consulta em 29/09/2025. **Matrícula 70.811 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Campinas/SP:** Consta **PENHORA** do processo em epígrafe, fls. fls. 609 a 626 devidamente averbado na **R. 12 e AV. 13.** Consta **R.14 - PENHORA** nos autos do processo 1438/95 em trâmite na 6ª Vara Cível de Campinas/SP. Conforme consulta no web site da Prefeitura Municipal de Campinas, consta os **DÉBITOS FISCAIS** para o Código Cartográfico 3421.44.37.0105.01019 no importe de R\$ 3.806,17 conforme consulta em 29/09/2025. **Matrícula 70.812 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Campinas/SP:** Consta **PENHORA** do processo em epígrafe, fls. fls. 609 a 626 devidamente averbado na **R. 12 e AV. 13.** Consta **R.14 - PENHORA** nos autos do processo 1438/95 em trâmite na 6ª Vara Cível de Campinas/SP. Conforme consulta no web site da Prefeitura Municipal de Campinas, consta os **DÉBITOS FISCAIS** para o Código Cartográfico 3421.44.37.0105.01020 no importe de R\$ 3.806,84 conforme consulta em 29/09/2025. Não foi possível a pesquisa de demais débitos, cabendo ao arrematante o levantamento. Eventual regularização de baixa dos ônus da referida matrícula será feita pelo arrematante. Não constam nos autos demais débitos, recursos ou causa pendente de julgamento além do acima mencionado sobre o bem penhorado até a presente data. Houve *due diligence* e este leiloeiro constatou após consulta no TRT2 e TRT15 que não há processo trabalhista em trâmite em face ao executado. **Débitos de IPTU e demais taxas e impostos, bem como débitos condominiais (de natureza propter rem) serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do art. 130, 'caput' e parágrafo único, do CTN c/c art. 908, § 1º, do CPC.**

As intimações das datas do leilão público, serão realizadas através dos advogados constituídos e, acaso não haja, será realizado no endereço do executado constante nos autos, sendo negativo a publicação do edital servirá como válida, não cabendo alegação de nulidade.

DO DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 28.719.996,80 (vinte e oito milhões, setecentos e dezenove mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) em maio de 2024 – fls. 994/995.

DO IMÓVEL: Demais informações de que sobre o bem recaia outros ônus, recursos ou causa pendentes deverão ser consultadas nos autos pelo interessado. O bem será vendido no estado de conservação em que se encontrar, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para o leilão, bem como dívidas pendentes sobre o bem e não descritas neste edital (Art. 18º da Resolução 236/2016 - CNJ). Os débitos da arrematação correrão por conta do arrematante, inclusive impostos, taxas, emolumentos, seguros são de conta e responsabilidade exclusiva do arrematante (29º da Resolução 236/2016).

DOS ÔNUS HIPOTECÁRIOS e TRIBUTÁRIOS: A hipoteca extingue com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1499, VI, do CC). Havendo pluralidade de credores (inclusive os garantidos por penhora) ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências, conforme art. 908 e parágrafos do CPC. Débitos de IPTU e demais taxas e impostos, bem como débitos

condominiais (de natureza *propter rem*) serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do art. 130, 'caput' e parágrafo único, do CTN c/c art. 908, § 1º, do CPC.

DA RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE: Correrão por conta do arrematante todas as providências necessárias para a imissão na posse do imóvel bem como as despesas com transferência, recolhimento de ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reforma não averbados nos órgãos competentes além de outros débitos que incidir sobre o imóvel, excetuados aqueles quitados com o produto da presente. Será de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas à desocupação, transferência dos imóveis.

DA BAIXA DOS GRAVAMES NO FÓLIO REAL: Conforme artigo 320-G do Provimento 188/2024, nos termos da Lei, em caso de arrematação, todos os ônus da matrícula anteriores à data da expedição da carta de arrematação, serão baixadas por este Juízo de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis competente, momento em que tal instituição deverá também noticiar a baixa dos ônus aos respectivos detentores de tais prerrogativas, de tudo dando ciência nos autos.

DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.picellileiloes.com.br, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, §2º, do CPC.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O leilão será realizado de forma híbrida no sítio eletrônico www.picellileiloes.com.br, no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 e será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO, MATRICULADO na JUCESP sob nº 754**, habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ/SP.

DOS LANCES: Os lances deverão ser ofertados pela rede INTERNET, através do portal <http://www.picellileiloes.com.br/>.

FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efetuado, mediante guia de depósito judicial, podendo ser à vista ou parcelado, sendo que o pagamento à vista será sobreposto ao parcelado ainda que este seja mais vultuoso. (art. 895, § 7º do CPC).

À VISTA: O pagamento à vista deverá ocorrer no prazo de 24 horas da confirmação de lance vencedor, como também deverá ser providenciado o pagamento da comissão do Leiloeiro no mesmo prazo.

PARCELADO: O interessado deverá apresentar proposta por escrito através do endereço eletrônico: contato@picellileiloes.com.br, até o início do leilão que deverá indicar o sinal de no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e o saldo em até 30 (trinta) parcelas reajustáveis pelo indexador do TJ/SP, com a garantia da hipoteca legal do próprio bem em epígrafe,

consubstanciado no artigo 1.489, V do Código Civil. **A apresentação de proposta não suspende o leilão** (art. 895, §6º, do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações incidirá multa de 10% (dez por cento), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, nos termos do artigo 895, § 4º do CPC, que ficará pendente a homologação do Magistrado. **Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará que o arrematante é remisso ao Juízo, para a perda da caução e comissão já depositadas, voltando os bens ao novo leilão**, conforme artigo 897 do CPC, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos. **Conforme hodierna jurisprudência será aceito proposta no curso do leilão:** *“Agravo de Instrumento. Ação de despejo em fase de cumprimento de sentença. Proposta de arrematação do bem penhorado, mediante pagamento parcelado (artigo 895, II, do Código de Processo Civil), apresentada na vigência do segundo leilão. Admissibilidade. Ausência de prejuízo, uma vez que preservada a possibilidade de prevalência de eventual lance à vista ou em condições mais vantajosas de parcelamento, nos termos dos § 7º e 8º do referido artigo 895. Arrematação de imóvel que, por outro lado, é garantida por hipotecado próprio bem, sendo desnecessário o oferecimento de caução. Proposta que observou os requisitos legais, inclusive com indicação do indexador de correção monetária das parcelas. Recurso improvido.”* (Agravo de Instrumento nº 2072683-74.2018.8.26.0000 – 32ª Câmara de Direito Privado – Desembargador Relator RUY COPPOLA – j.22/01/2019 – v.u.).

Acaso não haja o pagamento no prazo estipulado, o Juiz poderá aprovar a venda do bem para o segundo colocado, pelo último lance por ele ofertado.

ARREMATACÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO: Poderá o Exequente, caso for o único credor, arrematar o bem utilizando os créditos do próprio processo, acaso não sejam suficientes para a aquisição do bem, deverá este, complementar no prazo de 3 (três) dias, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação e nesse caso, será realizado novo leilão, à custa do exequente, observando o previsto no artigo 892, §1º, §2º e § 3º do CPC. Deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, na forma mencionada no edital sendo que que não será considerada despesa processual.

LANCE CONDICIONAL: Acaso não haja licitantes no leilão, será aberto a captação de lance na modalidade condicional pelo prazo de 30 (trinta), dias. Decorrido o referido prazo será informado ao juízo as propostas recebidas, ficando condicionadas à homologação do Magistrado, para posterior emissão dos documentos em caso de aceitação.

DA COMISSÃO: Em caso de arrematação, a comissão a ser paga será de **5% (cinco por cento)** sobre o valor do lance vencedor (art. 7 da Resolução 236/2016 – CNJ)

§ 1º Não será devida a comissão ao leiloeiro público na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública.

§ 2º Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no art. 775 do Código de Processo Civil, o leiloeiro público e o corretor devolverão ao arrematante o valor recebido a título de comissão, corrigido pelos índices aplicáveis aos créditos respectivos.

§ 3º Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro e o corretor público farão jus à comissão prevista no caput.”

A forma de pagamento, através de transferência eletrônica digital (TED), em conta bancária, a ser informada por esse Gestor e a comprovação do pagamento deverá ser encaminhada para atendimento@picellileiloes.com.br

Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no portal <http://www.picellileiloes.com.br/>. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Decreto n. 21981/32, Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ), e demais normas aplicáveis ao Código de Processo Civil, Código Civil e o “caput” do art. 335 do Código Penal.

Nos termos do artigo 889 incisos I à VIII e parágrafo único, do CPC, ficam as partes e interessados, intimados das designações supra, uma vez que a publicação do presente edital supre a intimação das partes e de seus patronos, caso não sejam localizados para as intimações pessoais.

Jaguariúna, 10 de outubro de 2025.

Dr. Lucas Pereira Moraes Garcia,
Juiz de Direito

Joel Augusto Picelli Filho
Leiloeiro Oficial – Jucesp 754